



Revista de História (São Paulo)

ISSN: 0034-8309

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Departamento de História

Almeida, Leandro Antonio de
SHERLOCKISMOS DE "O MISTÉRIO": FICÇÃO POLICIAL
E HUMOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1907-1928)*

Revista de História (São Paulo), núm. 179, a07718, 2020

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.147450>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285068996003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



ARTIGO

SHERLOCKISMOS DE “O MISTÉRIO”: FICÇÃO POLICIAL E HUMOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1907-1928)*

Contato

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)
Rua Maestro Irineu Sacramento, s/n
44300-000 – Cachoeira – Bahia – Brasil
leandroaalmeida@hotmail.com

 **Leandro Antonio de Almeida****

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia – Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o humor na ficção policial brasileira da Primeira República, tomando como fonte principal o romance *O mistério*, escrito a oito mãos em 1920 por Afrânio Peixoto, Viriato Correia, Medeiros e Albuquerque e Coelho Netto. Nossa tese é que esse romance representa sobretudo a recepção da ficção policial difundida no país desde 1907. Focaremos a recepção dos textos policiais de Conan Doyle por terem marcado a imaginação dos leitores brasileiros. Sherlock Holmes ensinou imitadores de tal modo que suas deduções foram aplicadas pelos leitores de jornal e jornalistas na solução dos crimes noticiados na imprensa, servindo também de modelo à investigação policial, marcada por uma criminologia científica bastante difundida no período. Mostraremos como esses fenômenos estão presentes em *O mistério*, mobilizados para uma sátira da polícia e da sociedade brasileira.

Palavras-chave

Ficção policial – literatura de sensação – humor – Sherlock Holmes – sherlockismo.

* Este trabalho decorre do projeto de pesquisa de pós-doutorado “Na Pista do riso: humor e ficção policial na Primeira República”, realizado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob supervisão do Prof. Dr. Elias Thomé Saliba, no âmbito do Grupo de Pesquisa “As narrativas históricas e a polifonia da linguagem humorística brasileira (1930-1960)” (<https://humorhistoria.wordpress.com/>). Agradeço aos integrantes desse grupo pelas contribuições à primeira versão desse artigo. Todas as obras e todos os documentos utilizados na pesquisa e na elaboração do artigo são citados nas notas e na bibliografia.

** Doutor em História, com estágio pós-doutoral realizado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professor do curso de Licenciatura em História do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).



ARTICLE

**"THE MYSTERY"
SHERLOCKISMS:
DETECTIVE FICTION AND
HUMOR IN BRAZILIAN
FIRST REPUBLIC
(1907-1928)**

Contact

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)
Rua Maestro Irineu Sacramento, s/n
44300-000 – Cachoeira – Bahia – Brazil
leandroaalmeida@hotmail.com



Leandro Antonio de Almeida

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia – Brazil

Abstract

This paper aims to study humour in the First Republic Brazilian detective stories, using as main source the crime novel *The mystery*, written in 1920 by Afrânio Peixoto, Viriato Correia, Medeiros e Albuquerque and Coelho Netto. Our objective is to show that this novel represents the Brazilian reception of the detective fiction spread in the country since 1907. Our focus is Conan Doyle's detective fiction because it so marked Brazilian readers' imagination. Sherlock Holmes had several imitators in such a way that his deductions were applied by newspaper readers and journalists in crimes reported in press, being also a model to policing inquiry, at that time marked by a widespread scientific criminology. We will show how all these phenomena were represented inside *The mystery*, used as a satire against police and Brazilian society.

Keywords

Detective fiction – pulp fiction – humour – Sherlock Holmes – sherlockism.

Introdução

Em 1924 três figurões da Academia Brasileira de Letras e um escritor de teatro foram acusados de “cometer” um romance policial humorístico. Publicada em uma revista estudantil, a “denúncia” foi dirigida aos autores por um professor da Faculdade de Direito de São Paulo, escondido sob o pseudônimo de um famoso criminalista, Enrico Ferri. Porém, a “acusação” de escrever e publicar um romance desse teor era elogiosa. Além de uma “diversão de espírito de quatro autores eminentes” e “um romance policial de leitura fácil, interessante e que já se acha em segunda edição, muitos milheiros esgotados”, o professor considera a obra *O mistério* uma “sátira social, digna de reter a atenção e mesmo de provocar o riso”, ou, especificamente, “uma sátira social de nossos costumes policiais e judiciários, que fazem rir, quando não fazem chorar” (FERRI, 1924 In COELHO NETTO, 1928, p. 265 e 271).

O “delito” em questão foi escrito a oito mãos e narra o assassinato de um importante banqueiro do Rio de Janeiro e as peripécias da investigação policial, com indicação de suspeitos errados e trapalhadas de um “Sherlock da cidade”, um melodrama envolvendo os filhos desconhecidos do falecido banqueiro, fruto de suas inúmeras vilanias arrivistas, até que o criminoso, também filho do morto e enamorado da irmã, confessa o crime e é absolvido num caricato julgamento. Publicado originalmente no folhetim do jornal *A Folha* (Rio de Janeiro) em 1920, no mesmo ano foi reunido em livro pelos autores Coelho Netto, Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque, dono do referido jornal, e Viriato Correa, através da editora de Monteiro Lobato, de onde saíram três edições até 1928, alcançando dez mil exemplares, um sucesso de vendas para a época.

Ao elogiar *O mistério*, o Enrico Ferri tropical parece superar os preconceitos próprios da intelectualidade do período em relação a essa modalidade literária. Para ele, nem a brincadeira de uma narrativa coletiva, feita por consagrados escritores do período, nem sua estruturação em uma prosa acessível para satisfazer o deleite de um amplo público, aparentemente com sucesso e em um gênero da moda, minimizavam o seu potencial explosivo. Vivenciando as agitações contra o regime republicano dos anos 1920, como o estado de sítio e a ocupação e bombardeio da cidade de São Paulo em julho de 1924, Ferri pensa a função crítica do cômico vinculando-a ao desvio de norma e práticas esperadas das instituições do Estado, numa concepção moralista que a sátira tem desde a antiguidade (*ridendo castigat mores*). Nessa linha, considera o potencial de as imagens caricaturadas levarem os aficionados pelas histórias de detetive a redimensionar sua percepção acerca dos

aspectos problemáticos das práticas policiais e judiciárias brasileiras. A despeito das expectativas regeneradoras, consideramos interessante, como objeto deste artigo, analisar esse encontro apontado por Ferri entre um gênero de literatura de sensação e o potencial crítico das representações humorísticas.

O artigo de Enrico Ferri e o próprio livro indicam que *O mistério* foi apresentado pelo editor e lido pelo público como um romance policial, e assim tem sido considerado até a atualidade. Ao partir de uma perspectiva de análise dos gêneros literários, as leituras de *O mistério* de fins dos anos 1970 até a atualidade (ALBUQUERQUE, 1979; PÖPPEL, 2002; REIMÃO, 1987, 2014) estabelecem uma relação paródica direta entre os textos do Sherlock Holmes, de Conan Doyle, e a impossibilidade de sua efetivação na realidade do país e na percepção do público, já que contamos até hoje com uma polícia truculenta, justiça parcial e grande desigualdade social. Concordamos que essa paródia cômica é um aspecto importante da leitura do texto, porém desejamos contribuir para a questão matizando tal abordagem centrada nos gêneros a partir de uma história da recepção do romance policial no Brasil e sua relação com uma história cultural do humor. Investigar o que tal ficção significava no Brasil do período e quais discursos mobilizava permitirá perceber traços sociais e culturais que motivaram sua escrita coletiva por quatro escritores de renome à época, três deles com o peso da chancela institucional da Academia Brasileira de Letras.

Uma pista sobre o significado, circulação e consumo da literatura policial aparece em outro trecho do entusiasmado leitor Enrico Ferri, o qual menciona a presença, no enredo de *O mistério*, de um “detetive [que], imbuído das doutrinas de Conan-Doyle, troça a sério o ‘sherlockismo’, da moda” e, mais adiante, que “a personagem é real e está viva, bem viva, apenas com o nome transposto” (FERRI, 1924 In COELHO NETTO, 1928, p. 266 e 270), referências essas que se perderam nas décadas seguintes. Segui-la pode nos levar a uma hipótese interessante: os autores de *O mistério* parecem valer-se de uma modalidade peculiar de paródia utilizada pelos humoristas do período, a qual

não tinha como horizonte apenas uma outra prática textual, pois, em muitos casos, foi um mecanismo ou uma técnica de representação da própria realidade brasileira. Pelo deslocamento, pela inversão ou pela transposição a paródia predominou, na representação cômica tanto dos espaços públicos por meio do imaginário privado quanto dos espaços privados por meio do imaginário público. (SALIBA, 2002a, p. 307)

Especificamente, além do contraste da polícia e justiça locais com o gênero estrangeiro, ressaltado pela crítica recente, a leitura de Ferri feita à

época do lançamento de *O mistério* indica que ali são parodiadas as distintas formas da recepção no país dessa ficção policial, em especial um dos seus mais difundidos modelos, o Sherlock Holmes, de Conan Doyle.

Sherlock Holmes nos impressos do Brasil

No Brasil, os livros com as histórias de Sherlock Holmes chegaram vinte anos após a primeira publicação original. Até então, já haviam sido lançados na Inglaterra a maior parte dos romances e contos canônicos do detetive inglês: *Um estudo em vermelho* (1887), *O signo dos quatro* (1890), *Aventuras de Sherlock Holmes* (1892), *As memórias de Sherlock Holmes* (1894), *O cão dos Baskevilles* (1902), *O retorno de Sherlock Holmes* (1904). Por aqui, os primeiros livros apareceram em 1908, quando a Garnier carioca, que costumava publicar narrativas de crime nacionais e estrangeiras, editou os dois primeiros romances – *Um estudo em vermelho* e *O signo dos quatro* – e os livros de contos – *As Memórias de Sherlock Holmes* e *A volta de Sherlock Holmes*. Impressos em Paris e vendidos por 3 mil réis no Rio de Janeiro, foram traduzidos por Branca de Villa-Flor, pseudônimo de Clotilde Barcelos, para a “coleção dos Autores Célebres da Literatura Estrangeira”. Pouco comentados nos jornais, no ano seguinte foi lançada outra obra de Conan Doyle (*O cão de Baskevilles*), igualmente traduzida por Branca de Villa-Flor, indicando talvez a boa saída dos livros desse autor. Revitalizada sob o comando de Hippolyte Garnier, em Paris, e de seu funcionário Julien Lansac na filial brasileira, no início do século XX a editora manteve uma política editorial conservadora, acentuada após a saída do assistente brasileiro Jacinto Silva, em 1903. Daí a predileção por autores estrangeiros e brasileiros consagrados ou extremamente vendáveis, e “obras que pudesse publicar em coleções, em que a oferta de algum título individual atrairia o leitor, levando-o a adquirir outros volumes da série” (HALLEWELL, 2005, p. 161).¹

Um dos raros comentários sobre o início do lançamento dos volumes, do articulista da *Gazeta de Notícias*, procura captar a atenção do leitor referindo-se ao sucesso nos centros europeus: “depois de fazer um sucesso extraordinário em Londres, faz delirar Paris (porque tudo em Paris, agora, é Sherlock Holmes e, nascido desse tipo, há um verdadeiro renascimento do romance estranho e policial)”. Aludindo ao caminho de difusão e ao provável motivo do atraso na tradução, uma sintonia maior com as modas

¹ Sobre a editora, ver Hallewell (2005, p. 257-262). Sobre a literatura de crime publicada pela Garnier, ver Porto (2009).

parisienses que as londrinas, coloca para o futuro a chegada do personagem de Doyle à capital federal: “[o Sherlock] vai agora pegar no Rio de Janeiro. Já começamos com Sherlock às voltas. Sherlock chegou antes das traduções dos livros que contam suas aventuras e nós só podemos louvar o esforço da Sra. Branca de Villefleur” (OS LIVROS, 1908, p. 5)².

Como aponta o comentarista, o público brasileiro não precisou esperar essa tradução para ter contato com o detetive de Conan Doyle em português. Os primeiros registros começam a aparecer também na segunda metade da década de 1900 no folhetim dos jornais. Entre março e junho de 1905, o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro publica a parte inicial de *Um estudo em vermelho*, aquela que apresenta para o mundo o detetive amador na ótica de Watson. Mas parece ter sido um caso isolado, tanto que a revista *Leitura para Todos*, do Rio de Janeiro, em 1907, ao apresentar o início da publicação de *As aventuras de Sherlock Holmes*, comenta que “esses admiráveis romancezinhas ainda não haviam sido publicados em português, tanto desse como do outro lado do Atlântico”, congratulando-se de que à revista “estivesse reservada a fortuna de oferecer as primícias, no nosso idioma, de uma das obras mais variadas, dramáticas e irresistivelmente empolgantes que tem brotado da imaginação de um romancista” (DOYLE, 1907, p. 83). Em outros jornais e revistas, os folhetins de Sherlock Holmes e contos começam a se multiplicar a partir desse ano, em diversos locais do país, com títulos adequados pelo editor à sua expectativa de consumo do público. Em dezembro de 1909, a apresentação do *Correio da Tarde*, do Maranhão, referenda a novidade, naquele final de década, tanto das narrativas de Conan Doyle como do próprio gênero policial de detetives, indica os caminhos de sua difusão nacional (Londres-Paris-Rio-Maranhão) e confirma a importância do folhetim para recepção dessa modalidade de ficção palpitante:

Aos nossos leitores oferecemos em folhetim as magníficas novelas *Memórias de Sherlock Holmes*, que tanto sucesso tem alcançado nestes últimos tempos em todo o mundo culto, conquistando milhões de admiradores e entusiastas. Conan Doyle, laureado romancista inglês e Maurice Leblanc, notável escritor francês, foram os criadores desse novo gênero de literatura denominada policial e granjearam reputação universal com as aventuras de Sherlock Holmes e Arsenio Lupin. (...) As novelas de Conan Doyle já foram transplantadas para o teatro e tem sido publicadas ultimamente em folhetim

² O lançamento dos livros pela Garnier foi comentado por Sant’ana (1984, p. 34), que também cita a origem do pseudônimo, extraída da obra de Reis (1942, p. 25).

por vários jornais e revistas nacionais e estrangeiros. Escritas num estilo suave e claro, elas prendem a atenção do leitor, instruem-no e deleitam-no (O NOSSO, 1909, p. 1).

As narrativas de Sherlock Holmes em folhetins se tornaram mais raras após 1911, provavelmente substituídas pela publicação massiva brasileira que mais deve ter circulado pelo país: uma coleção de fascículos das *Aventuras de Sherlock Holmes* editada pela Empresa de Publicações Populares e promovida a partir de fins de abril de 1910 por um dos mais famosos periódicos humorísticos. A revista *Careta* buscava se inserir numa nova tendência editorial, entrando na concorrência para ganhar o público consumidor dessa nova ficção policial, agora publicada em fascículos. A revista *Fon-Fon* passou a publicar, desde o início de janeiro de 1910, fascículos de outro famoso detetive, o americano Nick Carter. Depois de *Careta*, uma pequena editora do Rio de Janeiro, a Empresa de Edições Modernas, lançou histórias dos mais famosos ladrões do período, Arsenio Lupin e Raffles, ambos inspirados nas histórias de Doyle e com referências a Holmes. É provável que tenha sido nesse formato que o gênero policial, ao lado de outras narrativas históricas e de aventuras, tenha se popularizado no país. Não por acaso Lima Barreto (1956, p. 99) afirmou em setembro de 1912 que o Nick Carter deu ao dono da *Fon-Fon* um lucro de cem contos de réis em dois anos, e com *Careta* não deve ter sido diferente.

Para se sobressair no duelo literário de fascículos dos anos 1910, a revista *Careta* se contrapõe a essa corrente apostando na difusão mundial das narrativas canônicas do escritor britânico: “o estrondoso sucesso das obras de Conan Doyle criou-lhe uma infinidade de imitadores. O gênero – romance policial – foi barateado por esse aluvião de obras suspeitas, narrativas inverossímeis que se conseguiram sucesso algumas mais fizeram realçar o valor da criação de Conan Doyle” (SHERLOCK, 1910, p. 18)⁵. A promoção também foi feita através de propaganda em quase todos os números da revista nos dois anos seguintes, bem como por meio de textos e charges com referências a Sherlock Holmes. Além disso, a revista prima pela qualidade a preço relativamente baixo: eram vendidos a 300 réis no Rio de Janeiro os fascículos de 32 páginas editados em papel *couché*, ilustrados e com capa colorida. Publicados às quartas-feiras, até pelo menos fins de 1912, num total de 140 números, foram divulgados para os estados do Norte e do Sul do Brasil jun-

⁵ Sobre os fascículos e esse “duelo” no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, ver Süsskind (1998) e Cardoso (1992).

to com as revistas ilustradas através das recentes agências de notícias e do serviço postal dos Correios, sendo também comercializados pelos livreiros locais, vendedores ambulantes e bancas de jornal, avulsos ou por assinatura.

A difusão da nova ficção policial no Brasil decorre da conjunção do prestígio desses artefatos culturais dos centros europeus e norte-americanos que aqui chegavam com a nova infraestrutura de comunicação massiva que vinha sendo implantada no país. Como o Rio de Janeiro era a “metrópole-modelo” (SEVCENKO, 2002, p. 522), não por acaso, o Sherlock e outros personagens do novo romance policial entraram no Brasil por essa porta. A impressão e ampla circulação de Sherlock Holmes foram possíveis pela transformação empresarial e massiva da imprensa carioca no início do século XX. Dela fez parte a circulação diária dos jornais e seus folhetins, bem como a criação de revistas ilustradas como *Fon-Fon* (1907) e *Careta* (1908), as quais incorporaram aos fascículos policiais que patrocinavam as novas técnicas e recursos gráficos que usavam nas suas páginas semanais. Desse modo os textos de Doyle foram lançados pelas editoras, jornais e revistas da capital, e difundidos para outras regiões do país pelas novas redes das agências de notícias ou pelos Correios.

Tal difusão também acompanhou uma tendência de intensa importação, dos centros metropolitanos europeus para os brasileiros após 1870, de mercadorias, capitais, ideias, hábitos, costumes e modos de vida, ensejando uma espécie de “desejo de ser estrangeiros” nas novas elites nacionais republicanas e naqueles que podiam almejar tal modo de vida: “o advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante, na área central da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano no Velho Mundo” (SEVCENKO, 2003, p. 51)⁴. Isso permite compreender o peso da constante referência ao sucesso europeu dos livros policiais nas notas de lançamento e propagandas brasileiras que apresentavam o então famoso, embora aqui ainda desconhecido, detetive. A generalidade dessa difusão e o fato de contribuir para veicular modelos de modernidade europeia levaram Gilberto Freyre (2013, p. 122) a afirmar que “a voga, no fim da época em apreço [1870 a 1920], de Conan Doyle e do seu Sherlock”, foi um dos marcantes traços socioculturais da *Belle Époque* brasileira. Acompanhando outras modas britânicas,

⁴ Para os impactos na vida privada, ver Sevcenko (2002) e Needell (1993).

as novelas de Búfalo Bill, de Nick Carter e sobretudo as de Sherlock Holmes – muito lidas por brasileiros como José Maria, quando moços – foram, como em fase anterior haviam sido os livros de Júlio Verne, agentes literários ou sublitterários de unificação da mentalidade dos adolescentes brasileiros de várias regiões da República numa só mentalidade: a seduzida por aspectos modernos da vida numa civilização, como foi a do mil e novecentos no Ocidente, anglo-saxônia nas predominâncias das suas normas de modernidade, das suas técnicas e das suas armas (revólver, rifle, metralhadora, pistola mau-ser) de defesa dos homens bons e certos – quase sempre os anglo-saxões e seus imitadores – contra os maus ou pelo menos transviados: os selvagens da África, os índios da América, os chineses fumadores de ópio, os beduínos, os bandidos, os criminosos, os apaches, os anarquistas. (FREYRE, 2013, p. 122-123)

Em terceiro lugar, na base da difusão desse tipo de narrativa, estava a repercussão nas cidades brasileiras em crescimento no início do século XX, especialmente a ansiedade social com o crime que, no Brasil, será diretamente associada a Holmes nas primeiras apresentações de suas histórias. A divulgação do folhetim do *Correio da Tarde*, do Maranhão, em dezembro de 1909, após apresentar ao público a novidade do gênero policial, como já vimos, comenta:

As novelas que começamos a publicar hoje nada tem de absurdo nem de *rocambolESCO*. São narrações de fatos e crimes sensacionais, cercados de circunstancias misteriosas que tem sempre por teatro as grandes cidades, semelhantes ao *crime da mala*, praticado por Miguel Traad, em São Paulo, ao recente caso da destruição de um grande estabelecimento comercial, à dinamite, pela *Associação da Mão Negra*, nessa mesma cidade, e o assassinio do pintor Steinhell, em Paris, e muitos outros. Esses crimes são praticados, às vezes, em circunstâncias tais, por indivíduos tão hábeis, que as autoridades esgotam todos os recursos e não conseguem muitas vezes fazer luz sobre eles, jamais descobrindo os verdadeiros autores. E, o que se admira principalmente na obra do apreciado escritor inglês, é a habilidade de Sherlock Holmes em elucidar casos dessa natureza. Arguto agente de polícia amador, dotado de uma extraordinária veia policial, de uma faculdade dedutiva admirável, empregando-a um método todo especial, ele encadeia os fatos, analisa-os, tira conclusões e decifra finalmente o enigma cuja solução antes parecia impossível (O NOSSO, 1909, p. 1, grifo do autor).

O trecho indica como a novidade foi divulgada a partir do que os editores imaginavam ser conhecido e esperado pelo público, com referências às diversas narrativas de crime que já circulavam pelo país. É o caso dos tradicionais romances-folhetim franceses do século XIX e ainda em voga, desancados como absurdos e *rocambolESCOs* em detrimento do “estilo suave e claro” de Doyle. Até o início do século XX, o modelo de detetive bem-

sucedido provinha dessas narrativas, em especial do “romance judiciário”, do qual o M. Lecoq foi o mais conhecido. Em 1908, um artigo da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, ao apresentar a personagem britânica que “apaixonou os leitores ingleses e franceses”, não deixa de situar: “é do gênero dos romances intensivos de Gaboriau. O Mr. Lecoq de Gaboriau é o Sherlock Holmes de Conan Doyle” (O FIM, 1908, p. 1).⁵

A associação direta, porém, não é feita com gêneros e obras ficcionais, e sim com casos jornalísticos, especialmente o noticiário de fatos diversos, mais próximos do cotidiano, publicados desde os anos 1870, mas que se expandiram com a difusão do jornal diário, leve e barato em fins do século XIX e início do XX. Eles tornaram-se matrizes de outras ficções de crime, publicadas na mesma época nos rodapés dos periódicos e/ou em livros de grande sucesso. Lastreadas pelo processo de urbanização das capitais e grandes cidades, com correspondente aumento da criminalidade, essas publicações criaram e amplificaram um campo do sensacional envolvendo crimes os quais, próximos ao cotidiano, narravam casos espetaculares e de mistério não solucionados, nacionais e estrangeiros. Nesse campo as fronteiras entre a criação ficcional e o relato dos crimes não são tão definidas, esmaecidas pelo compartilhamento de traços estilísticos sensacionalistas, pela circularidade de temas e personagens, e pela afirmação constante de sua veracidade e plausibilidade. Como aponta Ana Gomes Porto, a partir de Franco Moretti e de suas próprias pesquisas,

A ideia de um boom de literatura de crime é correta principalmente se nos concentrarmos nos anos iniciais do século XX. Pode-se dizer que uma literatura de crime tinha um caráter massificado, pois eram publicadas pelas mais diversas editoras, pequenas tipografias e jornais. Ressalto, ainda, que não se pode imaginá-las a partir de ideias pré-concebidas como aquelas que normalmente se remetem à estrutura típica de um romance policial. De fato, o romance policial deriva dessa multiplicidade de histórias e a percepção clara da importância das pistas não parece se efetivar naquele instante (...). Entretanto, algo é absolutamente correto afirmar: o criminoso tinha lugar central. (PORTO, 2011, p. 204)

Na apresentação do folhetim do *Correio da Tarde* maranhense é possível documentar a transição apontada por Ana Gomes Porto. No meio do aluvião de narrativas de crime, que continuaram divulgadas nas décadas seguintes,

⁵ O autor anônimo inicia o texto com um suposto artigo assinado por Sherlock Holmes no *Petit Journal*. Sobre a recepção de Gaboriau no Brasil ver Porto (2017).

procura-se abrir espaço para a nova literatura de detetives e ladrões de casa. Os editores querem convencer o leitor que Sherlock Holmes é digno de ser lido por sua capacidade de solucionar casos não resolvidos pela polícia nacional e estrangeira, divulgados pela imprensa brasileira. Ao deslocar a ênfase do criminoso para o detetive, as apresentações de Holmes ao público descrevem um super-herói vitoriano capaz de solucionar mistérios dos crimes através de um "método" racional de investigação o qual, embora pareça fantástico nos efeitos e conexões, soa plausível num cenário de prestígio do pensamento tecnocientífico europeu entre intelectuais, instituições e jornais. Tais esforços de divulgação foram os primeiros passos, no Brasil, que tornaram Holmes um mito mundial da *Belle Époque* para as massas. Através da ficção policial de Conan Doyle, popularizou-se uma imagem estereotipada de intelectual arguto que empregava, com incrível sucesso, os preceitos racionais e a intuição próprias do paradigma indiciário que fortemente emergiu nas ciências humanas em finais do século XIX (GINZBURG, 1989).

Tal sugestão foi captada pelo público leitor, mediante consumo feito de norte a sul do país, nas capitais e interiores ligados aos grandes centros, por diversas classes sociais, gêneros, nacionalidades. Os leitores dos fascículos policiais destacam como o Sherlock Holmes foi um ponto marcante da infância e juventude dessa geração, formando gosto que não raro permanecia na idade adulta, ou pelo menos lembrando-se com afetos positivos. Com frequência essa ficção extravasava as fantasias dos leitores em torno da solução de crimes misteriosos e multiplicava sua presença na sociedade brasileira. Pseudônimos com o nome do detetive povoaram jornais e revistas, assinando contos, crônicas, sonetos satíricos e charadistas, além de missivas nas seções de cartas médicas. Do mesmo modo, seu nome foi usado por apostadores de corridas de cavalos e chegou a nomear uma embarcação, em Pernambuco. Além disso, cartas para revistas infantis perguntavam pelas aventuras de Sherlock Holmes e Nick Carter e se de fato eles existiam e onde moravam. No Rio de Janeiro, a personagem motivou uma curiosa propaganda de cofres, veiculada no *Correio da Manhã*, que buscava captar esse prestígio: "SHERLOCK HOLMES. O grande polícia amador não teria sido inventado, si [sic] nesse tempo já fossem conhecidos os COFRES BERTA" (SHERLOCK, 1914, p. 2). Tal efeito poderia ir além das meras referências e afetar hábitos e aspirações, já que, depois do contato com suas aventuras, leitores passaram a emular os comportamentos do detetive. Assim, José Maria da Silva Freire (em Pernambuco) e Augusto Meyer (em Porto Alegre) adquiriram cachimbo. No interior paulista, Brito Broca (1968, p. 23) procurou aplicar na realidade os métodos de investigação de Sherlock Holmes e Paulo Duarte (1976, p. 243)

começou a estudar química e “outras coisas indispensáveis à Polícia Científica, para ficar que nem a estupenda personagem de Conan Doyle”.

Sherlocks brasileiros

Como sugerem Brito Broca e Paulo Duarte, Holmes não apenas se tornou uma personagem de memoráveis aventuras, ou mais uma das modas de origem europeia, mas também um modelo de aplicação do “paradigma indiciário”, ao fornecer uma chave para lidar com os mais diferentes problemas da vida prática. Apesar de usar técnicas científicas na investigação, os leitores brasileiros consideravam sua principal arma o emprego arguto do raciocínio, traço que o distinguia dos demais detetives do período a ponto de permitir identificar os pastiches e falsificações. Por se centrarem sobretudo no raciocínio e não demandar grandes recursos financeiros, as habilidades do herói de Conan Doyle estariam ao alcance de todos mediante treino, ou seja, qualquer pessoa poderia descortinar aspectos desconhecidos da realidade através da observação atenta de sinais. A identificação era facilitada pelo fato de, na ficção de Conan Doyle, Sherlock ser agente amador, independente e mais eficiente que a polícia. Daí porque, para muitos leitores, o “método” de Sherlock poderia ser extrapolado para a solução de crimes, num quadro social no qual a polícia ou não estava acessível a todos ou não dava conta das atribuições.

É nessa linha de leitura pragmática que, por exemplo, o jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, noticia um caso de uma “Sherlock amadora”, uma “decaída” que, ao se distrair, teve roubadas suas joias, no valor de cinco contos de réis. Ela não apenas deu queixa à polícia, como, por insatisfação ou gosto da ficção, “depois de ler alguns fascículos do ‘Nick Carter’, ‘Sherlock Holmes’ e ‘Miss Boston’, Maria Rosa, dispensando os mil disfarces desses conhecidos agentes amadores, saiu para a rua no encalço do larápio”, localizando-o e o levando à delegacia e à inspetoria. O tom irônico era direcionado aos comissários, chamando Maria Rosa de “colega Sherlock” e descrevendo o espanto provocado pelas suas “sherlocadas”, “sendo atentamente ouvida pelo comissário Mário Nogueira, que ia, trêmulo, tomando nota de tudo, naturalmente receando a concorrência” (MARIA, 1915, p.5).

Um uso pragmático no sentido oposto a esse – o medo de que a literatura policial fosse uma escola do crime e incitadora da violência – mobilizou amplos discursos e censuras da imprensa e intelectuais. O tema apareceu já em 1910 em um artigo de Medeiros e Albuquerque, no qual o acadêmico é categórico: “um dos homens que mais terá contribuído para o aumento do

número de crimes nos nossos dias é Conan Doyle”. O motivo mais direto elencado é justamente ele ter provocado escritores a criar tipos de bandidos espertos como o inglês Raffles e o francês Arsênio Lupin, os quais teriam inspirado criminosos reais: “na moda estão os gatunos hábeis e ousados, cujas proezas revelam alta inteligência. E essa corrente imoral foi desencadeada pela reação provocada por Sherlock Holmes” (ALBUQUERQUE, 1910, p. 15). Esse temor levou a vários clamores de censura à leitura dos policiais. Em uma crônica, ao tratar de uma recepção noturna na Faculdade de Direito de São Paulo, repleta de automóveis, autoridades e oficiais encasacados, Escregnolle Dória menciona os transeuntes impressionados com a movimentação, e aponta justamente o que imagina ser – ou obteve como resposta – fruto da leitura da ficção policial então em voga:

Pela mente dos transeuntes perpassou a ideia de um crime elegante, desses que romances a Sherlock Holmes, a Arsenio Lupin, narram para bem dos editores e mal das imaginações doentias, dos cérebros tarados, os quais, por esnobismo patológico, se julgam aptos a reproduzir os atos da vida dos bandidos imaginários. (DORIA, 1916, p. 3)

Daí porque esse tipo de cuidado poderia se desdobrar numa censura sutil, internalizada, como na hesitação de Medeiros e Albuquerque, durante uma viagem a Buenos Aires, em 1924:

[passei] estes dias ruminando o meu conto devagarinho, por todas as faces, prevendo todas as objeções... Quem sabe quantos crimes impunes têm sido cometidos! O do meu conto, se fosse ou se for praticado, não falhará e não terá quem descubra... O que eu não sei é se devo publicar o conto... (In ALBUQUERQUE, 1979, p. 208)

Apesar das reclamações e recomendações, não temos notícia de que, no período, tenha havido alguma ação de repressão ou apreensão a livros, fascículos ou fitas policiais, como acontecia com as obras de caráter sexual, consideradas imorais; talvez porque essa ficção afetasse a percepção e a subjetividade em um sentido diferente. Longe da identificação com os criminosos, houve generalizada imitação do Sherlock Holmes, ensejando uma participação dos leitores no processo de espetacularização dos crimes promovidos pela imprensa, transferindo os jogos de enigmas da ficção de Conan Doyle para o debate sobre o noticiário. Em 1912, João do Rio coloca na boca da versão feminina de Holmes, Miss Boston, que seu propósito seria “desenvolver nas senhoras cariocas o *sport*, o quebra-cabeças da descoberta de crimes, o sherlockismo, o já agora bostonismo”, pois “não há roubo de galinha e rolo sem importância que não desenvolva no Rio o sherlockismo” (RIO, 1912, p. 322).

Essa definição aparece anos mais tarde, em 1920, quando Barbosa Lima Sobrinho vociferava contra a “influencia desastrosa” da “epidemia do Sherlockismo”. Aficionado pelo Sherlock quando adolescente, o jovem cronista do *Diário de Pernambuco* (Recife) considerava o sherlockismo um dos grandes males provocados pela literatura de Conan Doyle, atingindo crianças e idosos que “amavam a Sherlock, declarando-o modelo de vida agitada e gloriosa”, levando as pessoas a esboçar deduções policiais que, ao seu ver, atrapalhavam as investigações policiais e inflavam as estatísticas e hipóteses com acusações sem critério: “quando havia um crime, eu mesmo me perguntava, com terror: – serei o assassino? Toda gente indagava a mesma coisa. Quem poderia calcular a originalidade das descobertas sherlockianas?” (LIMA SOBRINHO, 1920, p. 1).

A “mania do sherlockismo” também atingiu o jornalismo. Referências à obra de Conan Doyle passaram a ser utilizadas para designar os bons jornalistas e os sucessos de reportagem. Por exemplo, *A Notícia* caracteriza um de seus veteranos como “o Sherlock Holmes do jornalismo indígena, título a que lhe dá direito a sua atiladíssima argúcia” (PEQUENOS, 1910, p. 1). Porém, além de uma imagem elogiosa, algumas crônicas dão ideia de como jornalistas procuravam encarnar o arguto detetive. Em meados de 1910, Medeiros e Albuquerque reclamava como, ao contrário da lógica rigorosa e prudente da personagem de Conan Doyle, o repórter carioca desnorteava a polícia quando “precisa de um fato tirar uma consequência bem remota e imprevista: dos vestígios dos passos ele tira a conclusão de que o criminoso era viúvo ou morava num terceiro andar... Qualquer coisa que, num primeiro momento, espante e boquiabre os leitores”. Partindo do assassinato de um carregador de vassouras em Copacabana, Medeiros e Albuquerque comenta que “afinal de contas, já ninguém procura achar o criminoso. O problema para a maioria se formula do seguinte modo: – com um homem morto, um facão e uma garrafa de vinho, que história se pode inventar?” (ALBUQUERQUE, 1910, p. 1).

Essa utilização inusitada da obra de Conan Doyle une os Sherlocks amadores e os redatores dos jornais. Todos se valem dos indícios não para resolver problemas criminais práticos, mas como matrizes de formulação de narrativas. Ao lidar com a moderna inquietação produzida pelo crime, tais narrativas também dão sentido à ação dos sujeitos que o “solucionam” e à sua inserção social, almejando uma recepção que renderia atenção, credibilidade e prestígio ao enunciador. Mas há uma diferença de grau: os repórteres tinham o resguardo de uma empresa jornalística e, por isso, eram pressionados pela estrutura do recente ofício para atender a demanda pelo furo de reportagem e pela predileção do público pelas seções policiais. As-

sim, a contrapartida do sherlockismo legitimado pelo jornalismo capitalista é sua rotinização na reportagem sensacional.

Sherlock Holmes também se tornou referência para a polícia, num momento em que se buscava a modernização dessa instituição. Na capital federal do início do século XX, o processo de “regeneração” que levou à reforma do porto, à voga sanitária e à reformulação da área central, com expulsão da população pobre e sua ocupação pela camada burguesa (SEVCENKO, 2003)⁶, se desdobrou também numa reforma do Estado, especialmente das forças de segurança (BRETAS, 1995). O medo causado nas camadas dirigentes, realçado após a Revolta da Vacina, de 1904, levou à demanda por uma polícia profissionalizada e bem informada sobre os ideais científicos da criminologia em voga na Europa e nos Estados Unidos, para melhorar a eficácia do controle social e da forma de lidar com o crime. O marco mais visível desse processo ocorreu na gestão de Alfredo Pinto através de um decreto promulgado em 1907, que concentrou as forças de segurança nas mãos do chefe de polícia, estruturou setores da carreira para além das indicações políticas, criou a Guarda Civil (destinada à patrulha do centro renovado) e deu efetividade ao Corpo de Investigação, uma polícia à paisana exclusivamente investigativa. Também efetivou e incrementou a atuação das instituições técnicas auxiliares como o serviço Médico Legal e o Gabinete de Identificação e Estatística, este encarregado da antropometria e o emprego das digitais para fichamento e identificação de criminosos (BRASIL, 1907).

As expectativas em torno da reforma aparecem condensadas numa matéria da *Gazeta de Notícias* acerca do novo serviço de inspetoria, sugestivamente intitulada “O secreta de ontem e o agente de hoje”. Desacreditado pela própria corporação, o primeiro seria definido pela inabilidade e lentidão comprometedoras, espalhafato das ações – impróprio para o sigilo da função – e, sobretudo, emprego excessivo da força física, chegando a se mancomunar com delinquentes. Já o segundo, a partir de um processo de racionalização das funções e especialização, teria como marca a eficiência, tanto numérica (casos resolvidos) como qualitativa, conseguindo identificar os verdadeiros criminosos sem atuar sobre trabalhadores e outros inocentes. A conclusão do redator é otimista: “e eis como das larvas do velho secreta famoso está a se formar para o Rio de Janeiro a nova brigada dos Sherlock Holmes, terrores dos assassinos” (O SECRETA, 1908, p. 1).

⁶ Ver também Sevcenko (2010) e Needell (1993).

Essa polarização condensava em imagens acerca dos policiais aquele passado a ser descartado em prol de um futuro radiante, que traria maravilhas sociais, sendo a melhor imagem encontrada pelo articulista para expressar o novo ideal não um agente na ativa, mas o herói amador da ficção de Conan Doyle. Como aconteceu com os jornalistas, no mesmo período tal referência se tornou um elogio aos bons policiais, e a imprensa de então foi povoada por Sherlocks: um comissário carioca é caracterizado como o Sherlock Holmes do Mangue; outro, paranaense, é o Sherlock Holmes da Praça Zacarias; os agentes do corpo de segurança são astutos “Sherlock Holmes” etc (PARAÍSO, 1911, p. 7; BOATOS, 1911, p. 15; A POLÍCIA, 1919, p. 5). Portanto, a imagem desse detetive funcionou como modelo e ideal de policial.

Essa relação fica patente ao observamos como essa personagem foi apropriada no interior da própria polícia, sobretudo por seus intelectuais, como Elysio de Carvalho, um ex-anarquista que se tornou funcionário do Gabinete de Identificação e, depois, diretor da Escola de Polícia que fundou, em 1912. Carvalho foi um dos defensores da superação do tipo secreta pelo policial científico, moderno, um detetive profissional que deslindava crimes a partir da análise criteriosa de vestígios. Para tanto, traduziu e publicou, em 1908, vários contos das aventuras de Sherlock Holmes no periódico recém-fundado e mantido pelo Gabinete de Identificação, o *Boletim Policial* (MARTINS, 2012, p. 227), e recomendou sua leitura atenta para aqueles empregados nas “difíceis funções da investigação criminal”. Na década seguinte, Elysio continuou a se valer do personagem britânico em artigos publicados na imprensa sobre os sucessos da atividade policial nacional e estrangeira, reunidos em um livro lançado em 1920 com o sugestivo título *Sherlock Holmes no Brasil*. O lançamento se refere à visita, organizada pelo próprio Elysio, em 1913, de Rudolph A. Reiss, diretor da cátedra de Polícia Científica da Universidade de Lauzanne (Suíça) e autor de *A polícia científica*. Porém, nos anos 1910 a orientação já é outra: ao mesmo tempo que se vale da personagem para se fazer entender pelo público, defende a tese de que Holmes já seria uma pálida imagem dos progressos da criminologia em todo o mundo:

na realidade, na prática policial, não faltam criminalistas práticos, peritos, investigadores que excedam em saber, em inteligência e em argúcia a Sherlock Holmes. Haja vista Reiss, Bertillon, Minovich, Locard, Ottolenghi, Stockis, Balthazard e muitos outros técnicos policiais e médico-legistas que, recorrendo a noções científicas e métodos positivos, fizeram da investigação criminal uma ciência experimental. (CARVALHO, 1920, p. 37)

A pretensão era modelar, segundo esse ideal científico, a prática dos agentes locais, visando a manutenção da ordem pública, e, para concre-

tizá-lo em imagem, nada melhor que Sherlock Holmes. Se nos valermos das indicações da imprensa do período, o papel de encarná-lo na polícia carioca coube sobretudo ao inspetor Gustavo Moncorvo Bandeira de Mello (c. 1879–1946), o Major Bandeira de Mello. Com uma trajetória inicial ligada às diversas forças da polícia militar, ganhou essa patente ao se tornar diretor da Escola de Polícia, em 1914, sendo no ano seguinte nomeado inspetor do Corpo de Investigação e Segurança Pública. Chefiou-o logo após sua elevação a uma Inspetoria e ficou no cargo até 1919 (QUEIROZ, 2014, p. 91–92). Bandeira de Melo também acompanhava as discussões em torno da polícia científica, defendendo um caráter mais autônomo das forças policiais, menos suscetível às influências políticas, embora abundem os relatos de truculência cotidiana e contra manifestações mais amplas, como os protestos de operários no período entre 1917 e 1919. A imprensa associava ao herói de Conan Doyle seu ímpeto investigativo e seu emprego dos mais recentes aparatos técnicos e deduções sobre os indícios, sendo recorrente referências, normalmente jocosas, aos sherlockismos e proezas sherlockeanas do major. A mais detalhada é apresentada no *Correio da Manhã*, ao noticiar, em março de 1917, a investigação da degola de uma prostituta:

Três ou quatro horas após a descoberta do delito, não obstante terem as dez ou quinze pessoas que, antes desse tempo, se haviam intrometido no quarto da assassinada, fumando qualidades variadas de cigarros, o inspetor da segurança, servindo-se de uma lanterna elétrica e de uma lente possante, conseguiu descobrir sobre o leito da hetaira uma ponta de cigarro fumado, que foi logo remetida ao gabinete de investigação e análise da polícia. No resultado desse exame muito confiava o major Bandeira, esperando, graças a ele, apurar o nome, o paradeiro, a nacionalidade e as futuras intenções do criminoso. O resultado do exame foi, porém, negativo. O arguto inspetor de segurança não desanimou: voltou ao quarto da assassinada no dia seguinte e, apelando para o auxílio de lanternas outras e de lentes ainda mais possantes, deparou com uma penca de três chaves, e, numa toalha emporcalhada de sangue, alguns fios de cabelo humano. Segundo os ensinamentos do Sherlock Holmes do escritor britânico, as deduções impunham-se imperiosamente. O major Bandeira, ajudado pelo delegado Albuquerque, ambos de Mello, deduziu: o encontro das chaves revelava que o assassino era ‘caften’ de profissão, e a existência de fios de cabelo humano, na toalha ensanguentada, indicava ser o delinquente careca. Na fluência, então da noite de anteontem e do dia de ontem, conforme informam os vespertinos, a polícia, a fim de apanhar o degolador, deitou a mão, indiscriminadamente, sobre cerca de 30 carecas. (...) Mas o criminoso não aparece, a despeito das deduções do sr. Conan Doyle, através do major Bandeira e mais do delegado Mello. (TÓPICOS, 1917, p. 1)

Temos aqui uma descrição semelhante às dos sherlockismos de amadores e jornalistas, agora feita no contexto de uma investigação policial.

Normalmente a comicidade vem do estilo irônico, ressaltando a distância entre os indícios e suas conclusões disparatadas e ineficazes. Mas aqui o efeito risível vai além do contraste entre a dedução e seu malogro. Ao mencionar a prisão indiscriminada, o trecho final sugere que não apenas o ideal sherlockeano não vingou, como que, sob essa capa, vive o antigo e violento “secreta”. Ou seja, longe de serem eficientes agentes à Sherlock Holmes, como desejavam os reformadores e repórteres entusiastas, os policiais se mostravam ou eram mostrados por alguns jornais como “secretas” tecnologicamente equipados, recorrendo frequentemente às práticas de prisão indiscriminada e à tortura para forçar o suspeito a confessar um crime que não cometeu, visando atender às pressões sociais e clamores dos mesmos jornais⁷. Essa referência irônica a Bandeira de Mello também era direcionada às trapalhadas de outros policiais a partir de raciocínios errôneos ou primários. É o caso do chefe de polícia do Rio de Janeiro satirizado por um jornal porque recebeu uma carta anônima e, “pelos selos e carimbos, graças a sua perspicácia de Sherlock Holmes católico, apostólico, romano reconheceu, com admiração dos presentes, fora escrita em Paris” (O GATO, 1912, p. 17). Assim, o modelo de policial sherlockeano ganhava tintas cômicas quando, sob a pena dos jornalistas, parecia contrastado com induções apressadas ou práticas violentas dos próprios agentes e inspetores.

Sherlockismos de *O Mistério*

As questões apontadas acima foram incorporadas de maneira humorística em *O mistério*, obra coletiva publicada entre 20 de março e 20 de maio de 1920 como folhetim do jornal *A Folha*. Esse jornal, criado três meses antes por Medeiros e Albuquerque, tinha uma linha de oposição ao governo Epitácio Pessoa, a ponto de ter sido apreendido nas ruas pela polícia carioca. Mesmo com esse clima de tensão, a ideia do editor com o romance era divulgar uma brincadeira literária, de qualidade, na qual participariam quatro escritores, três deles acadêmicos de renome:

Nenhum deles sabe o que os outros vão fazer. É lendo o que seu colaborador da véspera produziu, que cada um decide o que tem que escrever. Haverá, portanto, para os leitores a indagação sempre renovada: “Como vai Coelho Neto ou como vai Afrânio

⁷ Marcos Bretas indica que esse tipo de procedimento era tomado pela polícia quando o autor do crime era desconhecido, sobretudo em casos de assassinatos (BRETAS, 1995, p. 164).

Peixoto ou como vai Viriato Correa deslindar esta meada?" (ALBUQUERQUE, Medeiros. Nota preliminar. In COELHO NETTO, 1928, p. V)

A escrita alternadamente coletiva e sua finalidade comercial geraram uma obra com forma e estrutura folhetinesca, desigual, com soluções rápidas e estapafúrdias para episódios e personagens importantes, referências e intertextualidades a personagens da ficção policial e da sociedade carioca – incluindo os próprios autores –, com confusões deliberadas e por vezes inconsciente ou conscientemente contraditórias, já que um dos autores explicitamente desfazia o que fora feito pelo outro no episódio anterior. Alguns leitores mais atentos captaram bem a ideia de que os autores pareciam se divertir com esses jogos narrativos, até mesmo um Coelho Netto de má vontade, enquanto participou da brincadeira. Longe de ressaltar uma coerência inexistente em *O mistério*, interessa-nos apontar traços gerais da construção do tortuoso enredo, apontar mudanças significativas no seu encaminhamento e lidar com recorrências, buscando algumas chaves para o diálogo com aspectos sociais e culturais internalizados.

Esse romance possui três principais linhas de enredo, que se cruzam ao longo do livro. A mais importante é a investigativa, na qual a polícia busca o assassino do banqueiro Sanches Lobo e o criminoso Pedro Albergaria despista seus perseguidores. A segunda linha, folhetinesca, relata as motivações do assassinato, detalhando a história da vingança de Pedro Albergaria, que mata e rouba parte do dinheiro daquele que seduziu e se apropriou da fortuna de sua mãe, deixando-a na pobreza. Esse aspecto folhetinesco é reforçado por outras personagens que narram as demais vilanias do banqueiro morto. A terceira linha, amorosa, mostra os encontros afetivos de criminosos e agentes com personagens femininas. É importante notar que as representações cômicas se concentram na primeira linha do enredo e são voltadas sobretudo contra os diversos tipos policiais, poupando o protagonista assassino. É o que leva as análises sobre o romance a afirmarem, com razão, que sua principal marca é a sátira a essa instituição. O aspecto que nos interessa abordar é como, para tratar do país, essa sátira mobilizará representações tanto dos tipos policiais como da ficção detetivesca de Conan Doyle, tal como lida pelo público e discutida na imprensa brasileira da época.

O protagonista, Pedro Albergaria, encarna o leitor comum que faz uso pragmático da ficção policial, utilizando-a como uma espécie de manual para atingir determinados fins. Nas primeiras linhas do romance, escreve Medeiros e Albuquerque:

Ele tinha ruminado durante anos aquela vingança. Calculara tudo, previra tudo. Lera centenas de romances e contos policiais, não pelo prazer que lhe pudesse fazer essa baixa literatura, mas pelo desejo de estudar todos os meios de levar a cabo o crime que projetava e de escapar à punição. (ALBUQUERQUE, Medeiros. Um crime bem feito. In COELHO NETTO, 1928, p. 11)

Medeiros buscou concretizar ficcionalmente em *O mistério* suas preocupações acerca da leitura da ficção policial, representando um uso pragmático junto com o medo, socialmente compartilhado, de que essa ficção pudesse incitar ou requintar o crime no país. No seu já citado diário, comentou: “No primeiro capítulo de O mistério eu escrevi um crime bem-feito, que ninguém poderia descobrir porque o bandido Viriato fez o criminoso, que era meu protegido, confessar” (In ALBUQUERQUE, 1979, p. 208). A descrição dos preparativos e do assassinato reforça a concepção desse gênero de ficção como manual para os criminosos, pois são descritos: o conjunto de observações da rotina da vítima; os cuidados em usar luvas para não deixar vestígios em objetos e armas; e as formas de despistar eventuais suspeitas – modificar a hora de um relógio quebrado, criar um álibi ao ser preso e, curiosamente, vender sua biblioteca policial: “Viu os seus livros e papéis. Tinha vendido os romances e comprara apenas uma Bíblia e um livro de orações. Se lhe fizessem em casa qualquer pesquisa, esses livros lhe dariam um atestado de pureza. Não havia um papel suspeito” (ALBUQUERQUE, Medeiros. Um crime bem feito. In COELHO NETTO, 1928, p. 13). O mote inicial do romance concentra e reforça as percepções mais temerosas sobre os efeitos colaterais da circulação da ficção policial.

O saber adquirido com a literatura policial serve a Albergaria em outras situações do livro. Encampada pelos outros autores, ganhará tintas cômicas quando confrontado com agentes profissionais. A primeira dessas situações ocorre na delegacia de Botafogo. Nesse conjunto de capítulos antes da investigação propriamente dita há uma representação do tipo “secreta” clássico, truculento e trapalhão, e uma delegacia com prisões arbitrárias, policiais que saem no meio do expediente para tomar café, comissário que reclama das agitações em seu plantão e um delegado que deixa o posto para encontrar paqueras. O tipo é melhor expresso no comissário Xavier, apresentado por Coelho Netto como uma caricatura de Raul Pederneiras ou Calixto – calvo, pernas finas e barrigudo –, ressaltando sua autoridade para com os pobres-diabos presos por pequenos incidentes no carnaval:

Nada de romances! Berrou o comissário. Isto aqui não é cinema, entende? Isto é a polícia, é a Casa da Lei, o Templo da Ordem, a Coluna da Moral... Lá falar por falar

também eu sei... (...) Não há vagabundo que não tenha um romance, uma história complicada para contar. Pois sim! Comigo é nove! Tenho trinta e seis anos de Polícia aqui no duro. Conheço a canalha. Furtou... (COELHO NETTO. Na delegacia. In COELHO NETTO, 1928, p. 19)

Em outros episódios, os métodos violentos destinados às pessoas pobres são mais bem explicitados, a exemplo de quando um suspeito do crime é levado à delegacia e, depois de surras, encontra a patroa:

Ah, senhora d. Rosa! Salve-me! Eles dizem que eu matei o velho. Eu, eu! Que não mato nem bicho, não é verdade, d. Rosa?... Eu!... Já me deram uma surra de vara de marmelo que estou aqui que nem me posso sentar. A senhora fez muito bem em vir, d. Rosa. Eu não podia mais. Estava quase dizendo que tinha matado mesmo, só para não apanhar mais. Assim como assim, a gente no Juri arranja-se, mas aqui, com esse mundo de praças em cima da gente: tome vara! Tome vara! Ah! Senhora d. Rosa, tenha pena de mim. (COELHO NETTO. Caminho Falso. In COELHO NETTO, 1928, p. 70)

Esse tipo de postura arrogante e truculenta poderia se dissolver caso houvesse interesse para o agente, ensejando pessoalidade onde havia distância. Por exemplo, a rudeza de Xavier para com Albergaria se desfaz quando a funcionária do morto desmaia ao reconhecer a filha do banqueiro, Lucinda, presa na delegacia e fantasiada de homem. Então, "por uma inversão de papéis, assumirá o prisioneiro a iniciativa das operações e dava ordens, mesmo ao comissário" o qual, de pernas bambas e ignorante dos procedimentos de primeiros socorros a tomar, não apenas seguiu à risca como passou a simpatizar com o preso que momentos antes desancava, a ponto de tentar protegê-lo junto ao delegado. Esse tipo de comicidade que mistura incompetência policial, mal-entendidos e pessoalidade a partir de subserviência pode ser vista quando Pedro Albergaria, depois das tentativas frustradas de reanimar a moça, "improvisadas no momento, embora as tivesse lido alguma vez, sem atenção, nem esperança de as poder um dia empregar", pede ao comissário:

- Não haverá por aí amônia? Numa delegacia não deve faltar...
- Aqui não se usam estes tratamentos... os que deles precisam vão curtir no xadrez... Teve receio que o homem se estomagasse, o comissário, e com brandura replicou:
- Podia ser... para um 'estrupeço destes, era infalível.. Então, só existe o recurso da Assistência! (...) Se houvesse por aí um pouco de éter ou amônia... murmurava Albergaria, fixado na sua confiança. (PEIXOTO, Afrânio. A evasão. In COELHO NETTO, 1928, p. 23)⁸

Assim, além da truculência do início do episódio, que perdurará nos agentes da lei em todo o livro, também é evidente o contraste cômico entre o saber efetivo das rotinas e equipamentos próprios de uma delegacia, adquirido pelas leituras do então preso e criminoso, com a ausência de saber próprios de quem exerce a profissão. Ela aparece também na fase da investigação, quando tomam a frente do enredo dois policiais de alta hierarquia. Num arroubo para tentar inocentar a moça pela qual se apaixona, Albergaria adentra na delegacia e profere o seguinte discurso:

E pelo que se deduz do que contam os jornais, a polícia está errada. (...) Erradíssima. Até agora que têm feito os senhores? Têm perdido o tempo em inventar um assassino. Seria melhor empregar o tempo em descobri-lo. E, para descobri-lo, o que é necessário? Procurar os indícios, dirigir-se à pista deles. Num assassinio como o do banqueiro Sanches Lobo, onde devem estar os indícios? Lá mesmo no local do crime. E a polícia já lá foi estudar o local? Pelo que li nos jornais os senhores apenas estudaram a posição do cadáver, o quarto. Mesmo esse estudo foi incompleto. Estudaram as impressões digitais deixadas nos móveis? Não. Num crime daquela ordem o criminoso deixa sempre a sua passagem. Agora porém é tarde. (CORREIA, Viriato. Os indícios. In COELHO NETTO, 1928, p. 91)

Ao denunciar os furos dos policiais, Albergaria apresenta aquele tipo de sherlockismo próprio do grande público carioca que acompanha e debate o desenrolar dos crimes de jornal, tendo como referência os parâmetros da investigação científica tal como lidos na ficção detetivesca. Esse público espera encontrar ou interpretar os vestígios na cena do crime e julga poder interferir no rumo errôneo das investigações dos agentes da lei a partir dos modelos presentes nas narrativas que lê. A ficção de detetives e a imprensa tornam possíveis ao leitor comum referências compartilhadas sobre as práticas policiais almejadas, modelares. No episódio acima a expectativa e pressão sobre os agentes profissionais se tornam cômicas ao encerrar uma série de episódios em que se descrevem sua tentativa de forjar o criminoso,

⁸ O quiproquó entre o uso da amônia como tratamento e prática de tortura continua a seguir, dando o comissário o perfume do delegado no lugar do frasco solicitado.

de encontrá-lo de maneira apressada, sua violência ou o malogro do seu sherlockismo. A comicidade é redobrada porque o próprio assassino se vale dessas expectativas para despistar a polícia e livrar a mulher amada do constrangedor depoimento dado aos investigadores.

Esse código de conduta partilhado também leva a uma risível simpatia de um inspetor por Albergaria:

Melo Bandeira era verdadeira mania policial. Não podia ouvir falar com algum senso de coisas criminais que não tivesse por esse alguém um impulso de simpatia. Naquele momento Pedro Albergaria não era mais para ele um homem como os outros e sim um colega, um técnico, uma criatura capaz de esclarecê-lo em dúvidas futuras. (CORREIA, Viriato. Os Índícios. In COELHO NETTO, 1928, p. 92)

O tom debochado expressa uma sátira à polícia que aspira ser científica – um dos principais alvos do livro –, encarnada no major Melo Bandeira, uma clara referência ao Major Gustavo Moncorvo Bandeira de Melo, chefe da Inspetoria carioca entre 1915 e 1919. Tanto que sua aparição na narrativa faz referência irônica aos jornais da época:

Os dois [delegado Lobato e comissário Xavier] sorriram. O nome do major Melo Bandeira estava naquela época num ruído estrondoso de fama e de reclames. Era o Sherlock da cidade, o olho de lince de todos os crimes. Os jornais vinham cheios de seu nome, da sua maravilhosa habilidade de policial, da sua volúpia de investigador de delitos misteriosos. Na inspetoria de investigações da polícia, o major era como um deus. O crime que lhe viesse às mãos, por mais complicado, por mais torvo e nebuloso, tinha que ser desvendado, custasse o que custasse. (...) A história daquela lanterna do major Melo Bandeira era o caso da polícia, no momento. Dizia-se que o Sherlock nacional, tendo ouvido falar que os Sherlocks estrangeiros usavam de lanternas furta-fogo nas investigações dos crimes e encomendara uma de Buenos Aires. E com ela andava a espreitar todos os delitos, com uma reclama barulhenta nas folhas. A lanterna havia caído em ridículo nas rodas policiais. Bastava enunciá-la, para que toda a gente gargalhasse. (CORREIA, Viriato. O bilhete misterioso. In COELHO NETTO, 1928, p. 44-45)

Apesar da alusão ao detetive britânico, é significativo o fato de Melo Bandeira não ser um detetive amador e sim o ocupante de um alto cargo na hierarquia policial carioca do período, o chefe da Inspetoria. É uma representação que remete menos à mobilização paródica da personagem de Conan Doyle do que à sua função de modelo para a polícia, nacional e estrangeira, abordada através da ironia. O trecho incorporou o termo "sherlock", usado correntemente para designar os agentes e investigadores e qualificar elogiosa ou jocosamente os policiais, estando ambos os sentidos presentes, sendo o cômico aplicado ao inspetor brasileiro. Provinda da chegada da ficção poli-

cial, em fins da década de 1900, essa palavra já tinha aderido à cultura carioca, sendo utilizada por jornalistas. Além disso, em outros episódios do livro, os autores também se valem da expressão para denominar policiais e investigadores. Já a construção da personagem se assemelha tanto às descrições jocosas dos jornais em relação aos policiais em atuação quanto às narrativas ficcionais cômicas sobre o sherlockismo policial. Os trechos sobre Melo Bandeira em *O mistério* exploram comicamente esse esforço de estar a par dos métodos e ferramentas de investigação científica, difundidos na polícia de todo o mundo, tendo como imagem e modelo Sherlock Holmes. Daí porque a comparação com essa personagem servirá como elemento de contraste para ressaltar a distância das práticas da polícia local do ideal sherlockeano.

Um dos pontos altos são as estapafúrdias teorias criminais, cujo princípio era uma versão paródica das máximas do sherlockismo do período: "o detetivismo é ciência do espírito, transcendente, filosófica, que pelo simples jogo de induções, que são generalizações de um pequeno fato indício, das deduções que são as consequências de um grande conhecimento conseguido, chega necessariamente à verdade". A partir desse tipo de conclusão, Melo Bandeira intencionava escrever "um livro documentado, para ensino universal. Ele as proclamava a cada dificuldade, embora, na prática, nem sempre as seguisse". A primeira teoria parodia tentativas como a de Elysio de Carvalho de transformar a criminalística numa ciência exata, enquadrando em generalizações o comportamento dos criminosos, e a outra é um elogio satírico do sherlockismo amador, elevado a princípio universal:

Uma era a teoria *dos antípodas*, como lhe chamava, segundo a qual para crime realizado em Botafogo, devem as pesquisas ser feitas em Cascadura, pela razão muito simples que o criminoso não há de ficar aí por perto, rondando o lugar do crime, na boca do lobo, senão procurar esconder-se, onde não possam suspeitar que esteja... isto é, nos antípodas! (...) A outra teoria era a da *colaboração social* ou do *amadorismo auxiliar*, isto é, a arte do *detetive* é universal e toda a gente é mais ou menos sherlock, donde inúmeros amadores que procuram auxiliar a polícia, colaboração que nem sempre será de menosprezar. Melo Bandeira convinha que os mais argutos *detetives* não eram policiais, senão porque a polícia adquiria tais amadores, provados os seus méritos: assim acontecera com ele. De fato, nenhuma grande obra humana fora feita por profissionais: Colombo não era navegador antes de descobrir a América (...) A razão é que o amador de vocação se aproveitado burocratizado no ofício, perde as iniciativas, e dá apenas em empregado público, cuja única ambição é esta: "não mexam comigo"! (PEIXOTO, Afrânio. O testemunho roubado. In COELHO NETTO, 1928, p. 144-145)

Ao lado das teorias estapafúrdias, o cômico repousará também sobre as práticas detetivescas, cujo bordão era "a tendência moderna das investiga-

ções...”, começando pela imitação exagerada dos trejeitos de atenção minuciosa dos Sherlocks e pelo uso estapafúrdio dos objetos tecnológicos, como quando se pede para desligar a luz do cômodo onde ocorreu o assassinato para utilizar a lanterna (CORREIA, Viriato. O bilhete Misterioso. In COELHO NETTO, 1928, p. 46–47). Mais adiante, parodiando outra tendência inovadora, a cena mais cômica do malogro policial ocorre por descuido, quando o inspetor utiliza cães policiais para farejar a cena do crime e esquece as pistas no seu jaquetão, levando os cães a se voltarem contra ele. Mesmo quando Melo Bandeira acerta, como ao descobrir a existência de dois criminosos – “verdade transcendente, obtive-a, simplesmente, pela força do raciocínio indutivo-dedutivo... e sem sair deste gabinete... sem arredar pé daqui...” – recai na obsessão equivocada de suspeitar do sobrinho do banqueiro.⁹

Essa obsessão, que aparece com frequência, mostra outro recurso cômico, a conexão apressada e equivocada entre os indícios, gerando malogro na atribuição dos culpados. Um dos autores descreve Melo Bandeira como

voluntarioso, teimoso, muito dificilmente deixava de seguir o caminho que as primeiras impressões num crime haviam lhe aberto diante dos olhos. Tinha ele encontrado o bilhete misterioso junto ao cofre do banqueiro. O bilhete convencera-o da culpabilidade do sobrinho de Sanches Lobo e não queria largar o bilhete. (CORREIA, Viriato. As primeiras provas. In COELHO NETTO, 1928, p. 61)

O orgulho levou Melo Bandeira a achar que tinha solucionado o caso, interrogando arrogantemente o sobrinho e sua noiva, apesar da narrativa segura desta apontando a inocência de ambos. Quando o inspetor lhe contrapõe o bilhete encontrado na cena do crime, a moça incita a polícia a um exame da letra, que confirma que ela não escreveu as linhas suspeitas. Tendo seu raciocínio malogrado, ele ainda escuta da moça uma fala que sintetiza a perspectiva cômica sobre o sherlockismo policial: “Major, um conselho... Não basta, para detetive ou sherlock, apenas uma lanterna, é preciso, primeiro, bom senso. Como este é difícil de adquirir, aprenda um pouco de grafologia, de quiromancia, aprenda a botar as cartas, que talvez lhe sejam úteis, para as suas descobertas policiais. (PEIXOTO, Afrânio. Teorias criminais. In COELHO NETTO, 1928, p. 74).

⁹ Aqui provavelmente há uma paródia da personagem detetive de Poe, Dupin, que descobriu crimes apenas pela leitura dos jornais.

O cômico do malogro vem acompanhado da representação de posturas impróprias aos sherlocks. Em vários momentos, do mesmo modo que os policiais de baixa patente, Melo Bandeira é representado como truculento, não apenas na inquirição dos suspeitos mas também ao lidar com outras pessoas, como ao se dirigir ao funcionário do banqueiro: “Idiota! Idiota! E os vestígios, grandíssima zebra! Pois o homem é assassinado, estrangulado, *seu* asno! Estrangulado! E tu mandas chamar um barbeiro para que me raspe os vestígios do crime?! E se eu te responsabilizasse, hein...?” (COELHO NETTO. Os cães policiais. In COELHO NETTO, 1928, p. 96). Essa truculência foi comicamente relativizada em prejuízo do próprio major, já que, mais adiante, ao interrogar Rosa Merck, a animosidade se dissolve em carinhos que o levam a abraçar a moça cuja história o comove. Ao ser flagrado nessa postura por outro delegado e ridicularizado pela corporação e imprensa, o Major Melo Bandeira se suicida, o que mostra como a vaidade era o que movia suas ações. (ALBUQUERQUE, Medeiros. As duas rosas. In COELHO NETTO, 1928, p. 204)

Tal vaidade já havia sido arranhada em episódios anteriores, quando foi ridicularizado pelos jornais por sua lanterna e se tornou conhecido como o “Diógenes da segurança pública”, ficando em péssima condição – “O major Melo Bandeira não dormia e não comia. A sua grande fama de *sherlock* desabava naquele desastre”. (CORREIA, Viriato. O velho Bartolomeu. In COELHO NETTO, 1928, p. 121) A pressão o deixou propenso a atitudes extremadas, como apontar uma pessoa qualquer como criminoso, ideia refreada pela desconfiança dos jornais. A mesma imagem a seu respeito tem o velho Bartolomeu, que teme ser preso se pedir para ver um indício encontrado na cena do crime, concluindo que “Melo Bandeira era um homem perigoso” (CORREIA, Viriato. Assassino, Ladrão! In COELHO NETTO, 1928, p. 138). A sua vaidade tingia-se de ciúmes pelo sucesso de outros policiais, chegando às raias da descrença dos métodos científicos, como no caso da prisão de Pedro Link: “a alma de *sherlock* envolvia-se na bruma opaca e fria, ante a essa ironia do destino: ele é que procedia, segundo as regras indutiva e dedutiva da ‘criminoscopia’, era o outro, um bacharelete untado de filosofia, quem pegava o criminoso” (PEIXOTO, Afrânio. O testamento roubado. In COELHO NETTO, 1928, p. 143, grifos do autor).

A partir de uma paródia multirreferenciada em Sherlock Holmes, no Major Bandeira de Melo e nos inspetores e policiais inspirados na criminologia científica, os autores de *O mistério* satirizam esse modelo apostando no malogro das conclusões derivadas do raciocínio apressado, bem como nas posturas impróprias, como afetividade, truculência e vaidade excessiva

pautada pela opinião alheia. Embora estapafúrdio, o suicídio de Melo Bandeira simboliza a impossibilidade de implantação do modelo sherlockeano no Brasil. Aqui não valem as finalidades coletivas de cumprimento do dever ou restauração da ordem social, mas sim o personalismo alimentado pelo prestígio de seguir na aparência uma tendência mundial, que motiva a pressa em ligar indício a um provável culpado e outras atitudes pouco esperadas dos disciplinados detetives europeus, reais ou ficcionais, mas correntes entre os “secretas” locais de patentes mais baixas. O contraste com os cuidados tomados pelo assassino Pedro Albergaria, cujo conhecimento oriundo dos livros policiais o levam a perceber os erros na investigação e manipular os indícios, reforçam a perspectiva satírica contra a polícia carioca. Esta se assemelharia mais a secretas tecnologicamente equipados e com vocabulário cientificista do que a um Sherlock Holmes. São expressivas dessa percepção as palavras do primeiro delegado auxiliar Enéas Cabral, ao finalizar o inquérito da morte de Sanches Lobo e fazer um “injusto necrológio do pobre Melo Bandeira: – O Bandeira era um idiota!” (ALBUQUERQUE, Medeiros. Caso Liquidado. In COELHO NETTO, 1928, p. 242).

O interlocutor dessa última fala era o próprio Pedro Albergaria. Cabral também foi enganado pelo assassino de Sanches Lobo e, com a dissolução das desconfianças iniciais, o delegado concluiu:

o rapaz era talvez um destes *detetives* amadores que leem nos jornais os crimes de sensação e se põem a colaborar com a polícia, nas diligências feitas e por fazer. Era esta a opinião do malogrado Melo Bandeira, no dia em que na Praia de Botafogo, na Delegacia, dera-lhe a pista dos famosos indícios (PEIXOTO, Afrânio. Outro Rumo. In COELHO NETTO, 1928, p. 234, grifos do autor).

Cabral acaba por se afeiçoar a ponto de empregar Albergaria na polícia como seu auxiliar direto e confidente, sendo surpreendido por sua humildade e eficiência, esta resultante de suas leituras: “[Albergaria] estudava as questões, meditava-as e, como tinha uma formidável leitura de romances e contos sobre crimes e criminosos, suas observações eram frequentemente de uma justeza admirável” (ALBUQUERQUE, Medeiros. Caso Liquidado. In COELHO NETTO, 1928, p. 240). Cria-se então uma inusitada e cômica situação na qual o assassino cuida de perto do caso que investiga o crime que cometeu. A opinião do delegado foi enviesada pela eficiência de Albergaria e pela percepção socialmente compartilhada acerca do detetivismo amador (sherlockismo), dois fenômenos ligados à difusão da ficção policial nos grandes centros do país. Daí também deriva sua incredulidade na confissão do seu auxiliar predileto, o qual, embora deva sua eficiência à ficção que

teria lido, também teria sido mentalmente afetado por ela: “eu conheço *seu* Albergaria, dado a aventuras e imaginações” (PEIXOTO, Afrânio. A paixão de Pedro Albergaria. In COELHO NETTO, 1928, p. 258, grifos do autor).

De qualquer forma, à primeira vista, cumpriu-se o estabelecido no primeiro episódio por Medeiros e Albuquerque: todo conhecimento oriundo da ficção policial possibilitou a Albergaria cometer um crime perfeito, já que a polícia estava longe de descobri-lo quando o romance termina e, depois de se relacionar com todas as instâncias policiais e ser considerado um colega pelo saber acumulado, só o revelou porque sentiu peso na consciência por enganar sua irmã e ex-futura noiva. Logo, teríamos em *O mistério* a história satirizada do malogro policial, contraposta ao sherlockismo dos ávidos leitores de ficção de detetives. Porém, como mostra a atuação e as ideias do próprio Cabral, essa questão de resolver um crime estava deslocada, pois ela não determinava a eficiência da polícia no país.

O primeiro delegado auxiliar, Enéas Cabral, aparece tardiamente no romance, apenas no capítulo nono, onde é associado à famosa personagem de Victor Hugo e cognominado Javert nacional. Ocupando o mais alto posto da carreira policial, é apresentado como estrategista: “Ao lado de Melo Bandeira, nas questões técnicas, ele era o outro sustentáculo da Polícia, no que tocava à penetração, juízo e decisão; costumava-se dizer que o Melo e sua lanterna eram as novidades da tática policial, a filosofia do Cabral era a estratégia da segurança pública” (PEIXOTO, Afrânio. A voz da ciência. In COELHO NETTO, 1928, p. 55-56). Tal estratégia é repetida ao longo de todo o romance e, no final, ao parodiar Melo Bandeira, acaba se transformando numa teoria criminal, a “teoria da nomeação do criminoso”:

Tanto mais misterioso é um crime, quanto mais pressa tem a polícia de lhe achar o culpado. Se não o acha, nomeia alguém responsável. O sujeito, daí por diante, que trate de se defender. A tranquilidade pública não pode estar à mercê de criminosos soltos. A polícia não cumpriria sua missão, se não apanhasse imediatamente um bode expiatório (PEIXOTO, Afrânio. A voz da Ciência. In COELHO NETTO, 1928, p. 58-59).

Ao contrário das estapafúrdias suposições de Melo Bandeira e da outra hipótese desenvolvida pelo delegado, a teoria da nomeação propicia um riso amargo, menos cômico do que humorístico. Isso ocorre porque, no fundo, é menos uma teoria criminal do que uma estratégia de segurança pública que, em seu cinismo, se volta para a legitimação da instituição e não para o combate ao crime, sua pretensa finalidade. O contraste entre o que é e o que deveria ser contém elementos dramáticos: a polícia não existe para combater criminosos, mas para fabricá-los, inocentes ou não, e, nesse processo, se

afirmar perante a sociedade. Para difundir essa construção social do crime e do papel da instituição, precisa contar com o apoio da imprensa, responsável por divulgar, seletivamente, os dois produtos ofertados pela polícia: a sensação generalizada de segurança e justiça, e informações para formulação de narrativas espetaculares. No romance, os jornais figuram como o principal veículo por meio do qual população toma contato com os crimes e com a construção de imagens positivas ou negativas da polícia e dos envolvidos. Por isso o delegado auxiliar se preocupa tanto em ter a imprensa do seu lado, através de um discurso coerente e explorando sua necessidade de dar notícias em primeira mão. Após um dos fracassos, o delegado chama a equipe à realidade, reforçando esse aspecto:

Tomam vocês ao pé da letra as nossas funções, se supõem que a Polícia se fez para punir crimes. Não há mais isto hoje em dia. Castigos e cárceres materiais passaram de moda. O que há agora, é publicidade. Que importa a absolvição no Juri? Já o desgraçado se viu arrastado pela rua da Amargura, difamado e publicado. A sociedade não se inquieta por mais ou menos um crime punido; quer informações, minúcias picantes, calúnias bem arrançadas, depoimentos, acusações, insubsistentes, falsos, mas sensacionais. Quando não é possível fazer isto aos criminosos, paguem as vítimas (PEIXOTO, Afrânio. Teorias criminais. In COELHO NETTO, 1928, p. 75-76).

O delegado trazia para sua prática policial esse tipo de raciocínio, pois não apenas acusava inocentes ou passava informações privilegiadas à imprensa, mas também, em várias outras ocasiões, atuava à margem da lei, como quando tentou embriagar Pedro Albergaria para forçar uma confissão e, contra as regras, o nomeou agente de primeira classe, designando um agente civil – o próprio Pedro – para montar guarda sobre sua casa. Afinal, isso tudo “não era muito legal, mas a regra não é que se façam as coisas muito legais” (ALBUQUERQUE, Medeiros. Caso Liquidado. In COELHO NETTO, 1928, p. 239). Além disso, utilizou-se do cargo para se aproximar, agradar e cortejar a milionária filha do banqueiro morto. Contra as regras e as leis, Enéas Cabral toma ações que vão beneficiar a instituição e, sobretudo, a si próprio. Na verdade, a instituição estava a serviço da sua trajetória pessoal. Outro exemplo aparece quando o delegado auxiliar mobiliza teorias criminais e sua atuação no caso Sanches Lobo para ascensão profissional: “Estava em concurso a cadeira de direito criminal da Faculdade Jurídica; Cabral, que tinha agora sonhos de prestígio, para dourar a riqueza que entrevia pelo amor, ia escrever sobre o caso a sua tese” (PEIXOTO, Afrânio. A paixão de Pedro Albergaria. In COELHO NETTO, 1928, p. 259).

Esse conjunto de atitudes e filosofias explica por que o delegado auxiliar não era um secreta tosco e truculento, como outros policiais e comissários de delegacia, nem um agente especializado ao modo de Melo Bandeira, que Cabral considerava um idiota a despeito de o finado inspetor ser referência de “*sherlockismo up to date*”. O problema de Melo Bandeira era tomar literalmente seu ofício e, com isso, deslocava-o da função real, não dita, da polícia na sociedade brasileira e/ou carioca. Ao contrário, Enéas Cabral não se porta de acordo com as leis, regras ou referências criminológicas estrangeiras, mas opera nas suas brechas, subvertendo o mecanismo com seu poder, para atender aquilo que realmente importa, as conveniências sociais, as mesmas que permitem salvar a imagem e legitimidade da instituição e, com isso, se promover profissional, social (por meio de casamento) e financeiramente .

Ao lado do secreta e do sherlock, temos em Cabral um tipo diferente, o delegado malandro, cuja função em *O mistério* é explicitar a tese dos autores e apontar, através de um amargo riso humorístico, o modo como as coisas realmente funcionam, minando a possibilidade de existência no país de uma polícia decente. Consciente ou inconscientemente, seus agentes estão a serviço de seu próprio prestígio e, sobretudo, dos poderosos, em detrimento dos pobres e outros coitados, apontados devida ou indevidamente como suspeitos. Considerando a infinidade de vilanias afetivas e financeiras cometidas pelo amplamente odiado banqueiro Sanches Lobo, temos que o morto é o principal bandido da narrativa. Em fins do Império e em toda a República, inclusive no Encilhamento, ele não foi investigado e levado à prisão, já que suas vilanias não configuram ou não foram denunciadas como crimes, e ainda era considerado benemérito por fazer obras sociais de fachada.

Se assim for, talvez o cômico do absurdo que permeia o episódio final ganhe um sentido restaurador, para além de confirmar as opiniões repetidas sobre a liberalidade do júri ao longo do livro: “a absolvição seria certa: o brasileiro é piedoso, consente, vá lá que se mate e roube, é do mundo... mas que o assassino ou ladrão sejam presos, coitados!, isso é que não, isso é que é demais – na rua com eles!” (PEIXOTO, Afrânio. *A paixão de Pedro Albergaria*. In COELHO NETTO, 1928, p. 260). A cena do tribunal é exageradamente apresentada como uma grande peça, protagonizada pela promotoria e pelo advogado e também escritor de teatro Viriato Correia, numa escalada geométrica de discursos para autopromoção: “o promotor replicou, com todo o curso de preparatórios e de humanidades, por dezoito horas; Viriato respondeu resumindo a história universal, em outras vinte e quatro.” (*ibidem*, p. 261). O discurso científico também tem seu lugar, com o médico legista reafirmando com provas sua estapafúrdia tese de que Sanches Lobo se suicidou.

Se tanto a investigação, no dizer de Cabral, como o julgamento são meros teatros que visam legitimar as próprias instituições e assegurar vantagens aos poderosos, não é de se estranhar que a “voz do povo” conclua que Sanches Lobo não morreu, atribua pequena pena a Pedro Linck e absolva Albergaria e Rosa Merck, imputando a este crime passionai e privação dos sentidos. Tal percepção popular, comicamente abordada, foi além: absolvido, Albergaria foi congratulado na Câmara e ovacionado pelas ruas da cidade, tratado como um verdadeiro herói nacional, nobreza reforçada por sua decisão de se matar servindo a Legião Estrangeira na Primeira Guerra, “como bravo que corrige o destino com um sacrifício” (PEIXOTO, Afrânio. A paixão de Pedro Albergaria. In COELHO NETTO, 1928, p. 263). Através do absurdo risível, a justiça real se completa: o principal criminoso está morto, inúmeras pessoas vingadas, e o protagonista-herói se dirige à expiação de um ato impuro, embora moralmente justificado.

A apoteose folhetinesca só não se reverte em catarse porque o amor romântico não se realiza, derrisoriamente dando lugar à ascensão do policial mais consciente de todo o esquema social, o qual permanece intacto, sem perspectivas de mudança. Antes de viajar para a Guerra, Albergaria compreende que todo o esforço e saber mobilizado para realização de um “crime perfeito” e toda a ajuda dada ao primeiro delegado auxiliar serviram para girar a roda de uma história cíclica, colocando sua irmã, que tanto estima e pela qual foi realmente apaixonado, nos braços de um novo aventureiro, um novo Sanches Lobo, interessado apenas na sua fortuna. Daí a epifania das últimas linhas do romance, que reforça a tese proferida em boa parte do livro: “[Albergaria] Passou rente pelas janelas e lá dentro, um diálogo, de risos e palavras amáveis, entre Lucinda e Enéas Cabral. Passou adiante, com esta amarga reflexão, de humorismo: ‘nos crimes, só lucram a Polícia e a Justiça... se os criminosos soubessem...!’” (*ibidem*, p. 258).

A série de inversões e deslocamentos de *O mistério* permite aproximações inesperadas entre personagens. Para guiar suas ações, Melo Bandeira e Pedro Albergaria apostam no sherlockismo, obtido de maneiras distintas através da formação profissional ou da ficção policial, além de se afetarem com paixões românticas que os desviam e malogram seus objetivos no romance. Se Melo Bandeira representa explicitamente a impossibilidade de implantação dos ideais da polícia moderna no Brasil para o combate eficiente à criminalidade, Albergaria aponta o sucesso temporário e malogro a longo prazo da insurgência justiceira, feita com as próprias mãos e mobilizando como arma a ficção policial, outra expressão da modernidade e civilização europeias disponível ao grande público brasileiro. Se a primeira perspectiva deriva da

crença no papel das instituições policiais e judiciárias, a segunda indica o contrário, isto é, a descrença na sua capacidade de promover justiça e mediação de conflitos, sobretudo entre pessoas de classes sociais diferentes.

Esse aspecto é reforçado pela distinção entre, de um lado, o tratamento arbitrário dado aos pobres presos, sujeitos inclusive à tortura, e, de outro, a prisão de figurões como Pedro Linck e o advogado Mendes Guerrero, ou a liberalidade para com as vilanias de Sanches Lobo e o tratamento diferenciado na investigação de sua morte. Temos representado um escalonamento social que mina a pretensão de uma justiça para todos e uma polícia técnica orientada para a solução do crime, independente da classe de quem o cometa. Tal aspecto é reforçado pela forma como procede o pragmatismo de Enéas Cabral, equivalente ao de Sanches Lobo, já que ambos têm em comum a mobilização das paixões românticas e as brechas das instituições para o arrivismo e, através de práticas paralegais ou ilegais, moralmente condenáveis, movem-se ao topo da pirâmide social. Ao colocar os sherlockismos a serviço desse seu arrivismo, deslocando risivelmente seu papel na realidade brasileira, personagens como Cabral permitem que a sátira cômica aos policiais deslize também para uma sátira humorística à sociedade brasileira da Primeira República.

Conclusão

O romance policial humorístico *O mistério* procurou atender o gosto de um amplo e crescente público que, pelo menos desde 1907, passou a consumir sofregamente a nova ficção policial, cujo paradigma foi o Sherlock Holmes, de Conan Doyle. Este se difundiu sobretudo por meio dos fascículos lançados em 1910 por novas empresas ligadas ao entretenimento localizadas na capital federal. Nesse momento, o cosmopolitismo das elites e da classe média dava prestígio aos artefatos culturais europeus e, devido à urbanização e à reconfiguração da imprensa, o crime tornava-se assunto de grande interesse jornalístico e ficcional. O consumo das narrativas policiais de Conan Doyle não se limitou ao entretenimento, mas, num contexto de urbanização e modernização, se tornou referência para solução pragmática de problemas da vida e, principalmente, de crimes, tornando-se modelo de investigação policial numa época em passaram a ser difundidas no Brasil modernas teorias, práticas e avanços tecnológicos ligados à criminologia europeia e norte-americana. O modelo de raciocínio de Sherlock Holmes foi considerado acessível a ponto de ensejar um fenômeno social de imitação,

difundido entre o público leitor, jornalistas e policiais, denominado pela imprensa da época como “sherlockismo”.

Por outro lado, a extensão dessa moda mobilizou descrições e comentários que, mesmo pretendendo ser objetivos, ganhavam contornos cômicos ao ressaltar os malogros das conexões entre indícios e a inadequação do modelo Sherlock Holmes ao Brasil. Mesmo os escritos mais graves valiam-se de descrições irônicas e caricatas cujo efeito era levar o cômico do sherlockismo parecer provir da própria realidade representada, a despeito dos aspectos dramáticos envolvidos, como a prisão indiscriminada de inocentes feita pela polícia. Tais descrições funcionavam como uma sátira à adoção indiscriminada e exagerada do modelo detetivesco proveniente da nova ficção policial e das teorias criminalísticas europeias.

A escrita coletiva e diária de *O mistério* internalizou em seu enredo, com destaque, a representação do sherlockismo tanto do público quanto da polícia, direcionando a carga satírica contra esse último a partir do contraste entre a eficiência justiceira do herói criminoso e os malogros do raciocínio e outras ações dos policiais. Também explorou a distância entre as posturas esperadas no combate ao crime, referenciadas na criminologia e na literatura de Sherlock Holmes, com a truculência, conveniências, personalismo e autopromoção dos agentes. Um deles, Eneas Cabral, expressa na sua filosofia as verdadeiras funções da polícia e do judiciário no país, para manutenção do status quo, e em sua trajetória o modo como essa filosofia pode ser mobilizada para o arrivismo social.

Portanto, *O mistério* pode ser considerado uma diversão coletiva de quatro autores eminentes (para usar as palavras do Enrico Ferri paulistano), um romance voltado a um ávido público leitor da ficção de detetives que, fugindo ao modelo doyleano, faz uma sátira aos costumes policiais e judiciários brasileiros, especificamente à importação irrefletida de modelos criminalistas estrangeiros e ao sherlockismo de amadores, com referências jocosas a personalidades da cena carioca. Além disso, também aborda humoristicamente os valores de ascensão social amplamente difundidos, o personalismo e ética emotiva nas instituições, e os limites das posturas justiceiras direcionadas aos poderosos imunes às leis, contrapostos aos desvalidos que injustamente sentem o seu peso. Por tudo isso, ao enviesarem pela sátira cômica e humorística a caricatura dos sherlocks risíveis, os autores de *O mistério* fazem coro aos contemporâneos que, pela representação paródica da realidade, também expressaram sua insatisfação com os rumos da República.

Referências bibliográficas

Fontes

- A POLÍCIA e os anarquistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10/09/1919, p. 5.
- ALBUQUERQUE, Medeiros e (pseudônimo de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque). Quinze dias. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, 16/07/1910, p. 18-19.
- BARRETO, Lima. *Correspondência*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BOATOS de Rua. *Olho da Rua*, Curitiba 22/07/1911, p. 15.
- BRASIL. Decreto nº 6.440, de 30 de março de 1907. Dá novo regulamento ao serviço policial do Districto Federal. *Diario Official*, Rio de Janeiro, 31/03/1907, p. 2167.
- BROCA, Brito. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.
- COELHO NETTO, Henrique Maximiano et al. *O mysterio*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.
- DORIA, Escragnolle. Aspectos de S. Paulo: a Faculdade de Direito. *Jornal do Comércio*, Rio, 13/6/1916, p. 3.
- DOYLE, Arthur Conan. As aventuras de Sherlock Holmes. *Leitura para Todos*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 15, maio 1907, p. 83-96. Disponível em: <<https://bit.ly/2k-FmydF>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*: v. 1: Raízes Profundas. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FERRI, Enrico (pseud.). Humorismo e criminologia. *Phanal*, São Paulo, n. 2, p. 24-25, outubro 1924, p. 24-25 In: COELHO NETTO et al. *O mysterio*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928, p. 265-271
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. A epidemia do sherlockismo. *Jornal do Recife*, Recife, 20/12/1920, p. 1.
- MARIA Rosa, Sherlock amadora. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 06/05/1915, p. 5.
- O FIM de Jack, o Estripador. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/09/1908, p. 1.
- O GATO da semana. *O Gato*, Rio de Janeiro, 10/08/1912, p. 17.
- O NOSSO Folhetim. *Correio da Tarde*, São Luís, 01/12/1909, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2kapdMp>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- O SECRETA de ontem e o agente de hoje. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 07/04/1908, p. 1.
- OS LIVROS novos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20/09/1908, p. 5. Disponível em: <<https://bit.ly/2m9oNqb>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- PARAÍSO dos Ladrões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08/06/1911, p. 7.
- PEQUENOS echos. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 22/11/1910, p. 1.
- RIO, João do. *Os dias passam...* Porto: Lello & Irmão, 1912.
- SHERLOCK Holmes. *Careta*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 102, 14/05/1910, p. 18
- SHERLOCK Holmes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21/05/1914, p. 2
- TOPICOS & noticias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20/03/1917, p. 1

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Paulo Medeiros e. *O mundo emocionante do romance policial*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- BRETAS, Marcos. *You Can’t!: the daily exercise of police authority in Rio de Janeiro: 1907-1930*. Tese de doutorado em História, Open University, London, 1995.
- CARDOSO, Athos Eichler. Fascículos semanais e literatura popular: bem cultural no início do século XX. *Intercom*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 168-178, 1992. Disponível em: <<https://bit.ly/2kekRnw>>. Acesso em: 23 jun. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v15i2.1295>.
- CARVALHO, Elysio. *Sherlock Holmes no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa A. Moura, 1920.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2013.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2005.
- MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A Civilização do Delegado: modernidade, polícia e sociedade nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2012.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Epoque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PÖPPEL, Hubert. Dos modernidades literárias em Brasil: la novela policiaca colectiva *O Mysterio* (1920) y *Macunaíma* de Mario de Andrade (1928). *Universitas Humanistica*, Bogotá, v. 29, n. 54, p. 43-59, 2002.
- PORTO, Ana Gomes. “Sherlock Holmes e suas imitações mais ou menos grosseiras”: literatura de crime no Brasil. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 191-208, 2011. ISSN 1981-7886. Disponível em: <<https://bit.ly/2m2cLia>>. Acesso em 10 set. 2019.
- PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PORTO, Ana Gomes. The roman judiciaire and Brazilian literature: reception, meanings and appropriations. In: ABREU, Martha (ed.) *The transatlantic circulation of novels between Europe and Brazil, 1789-1914*. London: Palgrave Macmillan, 2017, p. 61-77.
- QUEIROZ, Tito. Guerra e controle de informação: Brasil, 1914-1919. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 36, p. 79-98, 2014. ISSN 0101-305X. Disponível em: <<https://bit.ly/2m5rCsc>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- REIMÃO, Sandra. *Cicatriz de viagem: a literatura policial brasileira: presença do cômico*. Tese de doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- REIMÃO, Sandra. *Literatura policial brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- REIMÃO, Sandra. Literatura policial brasileira: dificuldades e especificidades. *Miscelânea*, Assis, v. 16, p. 15-33, 2014. ISSN 1984-2899. Disponível em: <<https://bit.ly/2m7EttX>>. Acesso em 23 jun. 2018.

- REIS, Antonio Simões dos. *Pseudônimos brasileiros*, 5ª série, v. 1. Rio de Janeiro: Zélio Valverde editor, 1942.
- SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil III: República: da Belle Époque à era do rádio*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, p. 289–365.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- SANTANA, Moacir Medeiros de. *Hildebrando de Lima e o romance policial*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1984.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil III: República: da Belle Époque à era do rádio*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil III: República: da Belle Époque à era do rádio*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 513–619.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. 2ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SÜSSEKIND, Flora. O cronista & o secreta amador. In: SÜSSEKIND, Flora. *A voz e a série*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 179–212.

Recebido: 25/06/2018 – Aprovado: 03/04/2019

Editores responsáveis pela publicação:

Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos